

## Tentando entender a diferença: Por que afrodescendente e não negro, pardo, mulato, preto?

**Ranchimit Batista Nunes**

*Doutorando em Educação pela Universidade São Paulo -USP*

*e-mail:ranchy01@hotmail.com*

**RESUMO** - O presente texto busca contribuir com o debate acadêmico a respeito da questão racial no Brasil, a partir de uma discussão/reflexão sobre o porquê da terminologia afrodescendente, e não negro, pardo, mulato ou preto, no contexto educacional e político brasileiro. Como referencial, se tem as contribuições de Gomes (2010); Silva (2007); Risério (2007); Santos e Maio (2004); Cunha (2003); Munanga (2003); Guimarães (2002); Moura (1988), entre outros. O trabalho, de caráter bibliográfico, traz inicialmente uma discussão dos conceitos de raça e suas possíveis e variadas interpretações ocorridas ao longo dos tempos, inclusive na escola. Em seguida, faz-se um prolegômeno a respeito da literatura e da idealização dos paradigmas raciais brasileiros, questões associadas à ideia de miscigenação e nascidas da visão eurocêntrica de superioridade com os povos não europeus, principalmente, os de ascendência africana, como os povos negros, pardos, mulatos, pretos ou afrodescendentes. O diálogo entre as fontes mostra os motivos ideológicos aplicáveis no campo político brasileiro para cada um dos termos negro, pardo, mulato, preto, principalmente no caso da terminologia afrodescendente, nos fazendo compreender que a forma como essa categoria está agrupada e politizada, embora com sentido “politicamente correto”, contradiz a velha crença brasileira da democracia racial, indicando que politicamente no Brasil não existem raças intermediárias.

**Palavras-chave:** Raça. Miscigenação. Afrodescendente. Categorias Políticas.

**ABSTRACT** - the present text discusses the reason for Afrodescendant terminology, not black, brown, mulatto or black, in the Brazilian educational and political context. It aims to contribute to the academic debate about the racial issue in Brazil. As a reference, one has the contributions of Gomes (2010); Silva (2007); Risério (2007); Santos and Maio (2004); Cunha (2003); Munanga (2003); Guimarães (2002); Moura (1988), among others. The work, of bibliographical character, initially brings a discussion of the concepts of race and their possible and varied interpretations occurred throughout the times, including in the school. Then there is a prolegomium on the literature and idealization of Brazilian racial paradigms, questions associated with the idea of miscegenation and born of the Eurocentric vision of superiority with non-European peoples, especially those of African descent, such as the black peoples, Mulattos, mulattos, black or Afro-descendants. The dialogue between the sources shows the ideological motives applicable in the Brazilian political field for each of the terms black, brown, mulatto, black, especially in the case of Afrodescendant terminology, making us understand that the way this category is grouped and politicized, Meaning "politically correct", contradicts the old Brazilian belief in racial democracy, indicating that politically there are no intermediate races in Brazil.

**Keywords:** Breed. Miscegenation. Afrodescendente. Categories Political.

## 1. Introdução

Acredita-se que a ideia de racismo sistematizado nasceu com a migração grega nos séculos VII e V a.C., com a divisão de vários pontos do mar mediterrâneo e os desentendimentos coloniais na Grécia antiga. Nos escritos bíblicos do velho testamento há uma passagem que diz que Deus dividiu a humanidade em dois grupos raciais: judeus e gentios. A intenção era que os judeus formassem um reino de sacerdotes, ministrando às nações gentias. No entanto, em sua maioria, os judeus se tornaram orgulhosos de sua posição e desdenharam os gentios. (EFÉSIOS 2: 14).

O importante sobre esses escritos é que eles revelam a existência da crença em diferentes raças humanas em civilizações muito anteriores à nossa. Uma crença que ao longo dos tempos foi ganhando dimensões no mundo todo, tendo como a principal delas, a de classificar grupos com características biológicas semelhantes.

No Brasil, a ideia de raça ganhou sua dimensão sustentada no argumento de que somos uma nação formada por diferentes cores – o conhecido processo de miscigenação. O conceito de raça aqui passou a servir para classificar grupos pelo fenótipo, especialmente a cor da pele, significando que o pertencer a um determinado grupo é definido pela cor da pessoa e não necessariamente pelas características biológicas. Este critério de pertence passou a ocorrer pela autodefinição, e o padrão de relações raciais a se estruturar em agrupamentos com diversas categorias taxionômicas.

Nestas formas de agrupamentos, surgiram aqueles considerados de ascendência africana, negros, pardos, mulatos e pretos, sobretudo, agrupamentos que hoje chegam a contabilizar oitenta milhões de brasileiros, ou seja, 50,7% da população brasileira (IBGE, 2010).

Ocorre que agora estes termos têm sido agrupados na categoria afrodescendente, com a justificativa de apresentarem o mesmo fenótipo de pele em relação aos outros grupos raciais, e por envolverem grupos definidos como descendentes de africanos da diáspora negra, passando o vocábulo afrodescendente a ser considerado politicamente correto. No entanto, percebe-se que há certo incômodo, tanto por parte de militantes do movimento negro como nas academias, quanto ao uso desse vocábulo no sentido de questionarem que afrodescendente “não caracteriza o mesmo”, tratando-se de mais uma

tentativa de camuflar a realidade e perpetuar as diferenças de poder entre brancos e pretos, eliminando seus descendentes.

Neste sentido, este artigo busca contribuir com as discussões acadêmicas em torno da questão racial e do uso da terminologia afrodescendente no contexto educacional e político brasileiro. Como referenciais, traz as contribuições de Gomes (2010); Silva (2007); Risério (2007); Santos e Maio (2004); Cunha (2003); Munanga (2003); Guimarães (2002); Moura (1988). De início, discutimos algumas ideias sobre a problemática que associa raça, literatura e miscigenação no Brasil. Na sequência, temos uma sucinta descrição histórica das categorias, negro, pardo, mulato, preto, e afrodescendente. O debate sobre esta última traz ainda uma reflexão sobre as descobertas do projeto genoma no Brasil e as pesquisas científicas sobre a nova visão de raça no país, finalizando a discussão com algumas considerações a respeito da influência do mundo acadêmico na condução desse debate racial.

## **2. Raça, literatura e miscigenação no Brasil**

A escola no Brasil tem ensinado por muito tempo que os brasileiros são um povo formado da mistura de diversas raças, de um processo híbrido, mais conhecido como miscigenação, uma categoria ainda bastante presente nos livros didáticos brasileiros. Alguém recorda das nossas professoras de Estudos Sociais classificando o povo brasileiro com referência à bandeira nacional, símbolo da nossa pátria? Dizia-se: o verde, o amarelo, o azul e o branco não significavam apenas as nossas riquezas e belezas naturais, mas as nossas misturas de raças.

A ilustração das professoras mostra como os conceitos de raças no Brasil estão atrelados à literatura e ao processo histórico de miscigenação, na maioria das vezes, enfatizando a participação do negro e do índio. Aliás, é sobre estes dois últimos sujeitos que o imaginário popular ancora sua noção de raça, pois, ninguém fala disso sem fazer referência a um ou outro, o que dá uma ideia de protagonismo desses povos no processo de miscigenação.

Clóvis Moura (1988), um dos pioneiros na análise sociológica da situação do negro no Brasil, nos leva a entender melhor a discussão sobre raça no país, ao retratar a ponte ideológica que foi estabelecida historicamente pela literatura acadêmica, entre miscigenação como fator biológico e o mito da democracia racial como fator sociopolítico.

Segundo ele, politicamente tentam identificar estes processos como semelhantes, mas na verdade são independentes. Esse autor atribui à literatura acadêmica a responsabilidade pela disseminação da ideia de que somos uma democracia racial, que no Brasil vivemos numa sociedade sem “linha de cor”, sem barreiras legais que impeçam sua gente de se autodefinir como convir.

Ao compilar uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no recenseamento de 1980, Moura (1988, p.63), verificou que os não brancos, ao serem inquiridos sobre qual seria a sua cor, definiram-se em regra de modos variados, surgindo nas respostas um total de 136 cores diferentes entre as quais, além de preto, pardo, e mulato estavam: acastanhado, agalegada, alva, alvo escuro, alvarenta, alva rosada, alvinha amarelada, amarela queimada, entre outros. A lista demonstra as mais variadas nuances de cores, designadas pelos mestiços brasileiros na época, representando a fuga da realidade étnica e da identidade, por parte dos brasileiros, que procurariam aproximar-se do padrão branco, que seria superior. Significando que,

Por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não brancos os seus valores fundamentais. Significa, também, que a nossa realidade étnica ao contrário do que diz, não iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não-brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiozação por conta da sua cor expressa nesse tipo de sociedade (MOURA, 1988, p. 63).

Na verdade, no censo de 1970 já havia uma ideia bastante difundida no mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, de que no Brasil havia uma “democracia racial” (CAMPOS *apud* GUIMARÃES, 2002). Este termo era muito usado por diversos intelectuais em diversas partes do mundo, entre os anos 1940 e 1950, período pós-escritos de Gilberto Freire, considerado idealizador desse paradigma.

Historicamente, o primeiro paradigma racial brasileiro se revela nos escritos do Padre José de Anchieta<sup>1</sup> (1563-1595), entre os sec. XV e XVI, mas foi por volta de 1870, com Silvio Romero, que teve sua forte expressão. Já Gilberto Freire (1933), com a obra clássica “Casa Grande e Senzala”, passou a representar o paradigma “cultural”, obra esta que, para muitos críticos literários, deu origem ao mito da “democracia racial” no Brasil até por volta dos anos 1930. Depois disso, um terceiro paradigma foi o da estrutura social,

---

<sup>1</sup>Segundo a Brasileira da Biblioteca Nacional (2001), o Padre José de Anchieta foi “Apóstolo do Brasil”, fundador de cidades e missionário incomparável, foi gramático, poeta, teatrólogo e historiador. O apostolado não impediu Anchieta de cultivar as letras, compondo seus textos em quatro línguas - português, castelhano, latim e tupi, tanto em prosa como em verso.

que emergiu basicamente a partir dos anos 1950, tendo como personagem central o sociólogo Florestan Fernandes, seguindo uma vertente sociológica que desdobra-se, a partir do final da década de 1970, nos estudos de Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva, Clóvis Moura e outros, que em larga medida influenciaram os contornos da discussão sobre raça e ainda polêmica nos dias atuais.

Na atualidade, a polêmica racial está associada ao fato de que o Brasil continua renomado, mundialmente, pela ideia de democracia racial. A própria Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura - UNESCO reescreve o que foi introduzido pela literatura acadêmica sobre essa expressão célebre, que representou a síntese do pensamento de toda uma época e de toda uma geração de cientistas sociais, e que atualmente muitos literários opositores entendem como “mito” (CAMPOS apud GUIMARÃES, 2002 p.02). O fato é que esse ideário literário sobre o processo de miscigenação foi se constituindo, ao longo da historiografia brasileira (CUNHA JR. 2005, p. 257) e, nesse contexto, as categorias autotransmissíveis se tornaram um processo esquemático e histórico que, para Santos e Maio (2004 p. 6), é possível ser identificado na tradição intelectual brasileira no período que se estende desde as últimas décadas do século XIX até os anos 1950-1960 do século XX, e vem se desdobrando até o presente.

Nesse processo, pode-se dizer que as mais vitimadas foram e continuam sendo as categorias autotransmissíveis, negro, pardo, mulato e preto, termos historicamente aplicados com diferentes sentidos ideológicos. Podemos constatar essa observação ao fazermos uma sucinta descrição a respeito de cada um destes termos, onde é possível perceber suas possíveis aplicações nos diferentes contextos raciais do país. Vejamos no tópico seguinte.

### **3. Negro, pardo, mulato, preto ou afrodescendente: quem é quem?**

**Negro** - Etimologicamente, este termo vem do latim *Níger* (da margem do rio Níger/nigeriano), e está associado ao sistema de classificação racial de seres humanos com fenótipo da pele mais escura, em relação a outros grupos raciais. Segundo Silva (2007, p. 6), os espanhóis foram os primeiros a usar o termo “negro” com sentido de escravo na América. Esta terminologia é aplicada para designar os “descendentes de africanos” com critérios diferentes em diversos países, nos Estados Unidos, por exemplo,

negro se refere às pessoas com todos os tipos possíveis de pigmentação da pele, da mais escura até a mais parda ou mulata, incluindo albinos (os de nascença), mesmo se não tiverem ascendência africana.

No Brasil, as definições de quem é negro incluem apenas as pessoas de ascendência subsaariana, resultante de alguns grupos originários da Diáspora africana<sup>2</sup> a partir do sec XVI. Mas, de acordo com o projeto genôma (UFMG, 2000), assim como no caso dos mulatos, pardos e cafuzos – hoje, pessoas com ancestralidade mesclada entre africanos, europeus e indígenas, exceto os caboclos, cuja identidade não está ligada a ancestralidade africana –, devido ao alto grau de miscigenação da população brasileira, há pouca precisão em identificar quem realmente pode ser chamado de "negro", resultando no prevalecimento do critério de autodefinição por parte da pessoa. Para fins políticos, entretanto, consideram-se negros todos aqueles que têm alguma ancestralidade africana, mesmo que sejam também descendentes de europeus ou de índios.

A região brasileira com o maior número proporcional de negros na população é a região nordeste, sendo o Estado da Bahia aquele com a maior proporção de negros, com 14,4% da população. O Estado de Santa Catarina é o que tem a mais baixa proporção de negros no Brasil, menos de 10% da sua população (IBGE, 2010).

As estatísticas atuais observam que os negros ainda vivem numa condição social bem menos favorecida em relação à daqueles que se declaram brancos. Ocasionalmente principalmente pelo fator histórico da escravidão, que, mesmo após ser abolida, os negros não receberam qualquer tipo de proteção especial, permanecendo, portanto, na pobreza. As estatísticas também mostram que a chance de um jovem negro ser morto é bem maior que a de um branco. Nos índices de mortalidades entre jovens com idade entre 15 e 24 anos no país, os dados apontam 2,6 jovens negros mortos, para cada, um jovem branco (IBGE, 2010).

**Pardo** - este termo é mais formalmente utilizado no Brasil, e caracteriza alguém de origem multirracial. Noutros países de língua portuguesa são usados com o mesmo significado os termos mulato ou mestiço. De acordo com o Instituto Brasileiro de

---

<sup>2</sup> Diáspora Negra — é o nome que se dá ao fenômeno sociocultural e histórico que ocorreu em países além África pela imigração forçada, por fins escravagistas mercantis, e também voluntária que perduraram do século XV ao final doséculo XIX, de africanos (em especial africanos de pele escura, chamados pela cultura ocidental de negros ou afrodescendentes).



Geografia e Estatística, o grupo pardo é um dos cinco grupos de "Cor ou Raça" que compõem a população brasileira, junto com brancos, pretos, amarelos e indígenas. O último censo (2010) destaca o fato de que 82 milhões de brasileiros se autodeclararam pardos, ou seja, 43,1% da população; fazendo dos pardos a segunda maior raça/cor que compõe o povo brasileiro, atrás apenas dos brancos. Por outro lado, o percentual de pardos é o que mais cresce na população brasileira. Segundo o Instituto, em 2000, os brasileiros que se auto-declaravam pardos representavam 38,5% da população; em 2006 passaram a ser 42,6%; e em 2010, 43,1% ( IBGE, 2010).

Existem sistematicamente terminologias tradicionais usadas no Brasil para vários tipos de pardos, como: mulatos, para descendentes de brancos e pretos; caboclos e mamelucos, para descendentes de brancos e indígenas; cafuzos, para descendentes de pretos e indígenas. Curiosamente, parece não haver outra terminologia, além de pardo, para definir alguém que seja simultaneamente descendente de brancos, índios e pretos. De acordo com o Folha (2011), entre os Brasileiros notáveis que se autodefinem pardos, estão: Ronaldinho, Machado de Assis, Nilo Peçanha, Alice Braga, Gilberto Freyre, Lima Barreto, Vanessa da Mata, Dorival Caymmi, Maria Bethânia.

**Mulato** - Alguns estudiosos confirmam que este termo vem da palavra espanhola e portuguesa mula, que por sua vez derivam do latim *mulus*, que se refere ao animal. A mula é resultante do cruzamento do cavalo com burra, ou do jumento com égua (HOLANDA, 2001, p. 475).

No Brasil o termo mulatofoi criado para designar o filho de homem branco (europeu) com mulher negra (escrava). A historiografia escravista brasileira interpreta o mulato como resultado dos estupros e do abuso sexual que ocorriam entre o senhores brancos e as escravas negras. Estudiosos como Moura (1988) afirmam que foi nessa comparação implícita que entrou o interesse dos escravocratas em justificar a escravidão e todas as perversidades contra os escravos, passando a ideia de que eram próximos, mas não pertenciam à mesma espécie dos brancos.

Assim como nos tempos da escravidão negra nas Américas, o termo mulato é utilizado até os dias de hoje com o mesmo caráter dos rechaçados conceitos antropológicos de raça que eram vigentes, o que evidenciaria o seu real emprego como termo ainda ofensivo e desqualificador.

**Preto** - esta palavra é mais recente. Apareceu no século XIX, designando uma pessoa de pele mais escura, particularmente originária da África subsariana. A palavra negro é geralmente utilizada para se referir a escravos e, por este motivo, considerada ofensiva em diversos países africanos como Senegal e Estados Unidos. Este último passou a empregar a palavra *black*, que literalmente corresponde à palavra preto, ao invés de *niger* (negro). Na cultura ocidental a cor preta está associada à ideia de morte, trevas, mal e outras conotações negativas, uma relação que não acontece nas culturas orientais, onde a cor do luto não é o preto, mas sim o branco (SILVA, 2007).

No Brasil foram os anarquistas (séc. XVI) os primeiros a utilizar a bandeira totalmente preta para representar luto com o antipatriotismo e as críticas contra o sistema político no período colonial. Conduta essa, que fazia parte da ideologia anarquista e refletiu em diversos seguimentos populares do país. Devido isso, a cultura popular passou a ligar o termo preto com sentido de luto e negação, passando a ser associado à cor da pele das pessoas de raça negra. Risério (2007, p. 1), considera que devido a estas e outras associações, no Brasil não existem mais pretos, ou melhor, ninguém quer ser mais negro ou preto, Segundo esse autor, os ideólogos (intelectuais) arquivaram o termo preto e negro por nova categoria – o neonegro ou afrodescendente. Esta argumentação remete saber mais a respeito dessa questão. Neste sentido, tem-se no próximo tópico, com mais precisão, o diálogo com as fontes sobre o uso da terminologia afrodescendente no contexto brasileiro.

#### **4. O termo afrodescendente no contexto brasileiro**

Oficialmente, o termo afrodescendente passou a ser adotado pelo mundo depois da conferência da ONU sobre racismo e xenofobia, realizada em Durban, África do Sul, no ano de 2001; Tal fato se deu porque em alguns países africanos de língua portuguesa e outros americanos de língua espanhola e inglesa o termo negro era entendido com sentido pejorativo, e na maioria das vezes utilizado pelos brancos com sentido ofensivo, aplicado primeiramente aos africanos escravizados e seus descendentes da diáspora (SILVA, 2007, p.4).

Alguns grupos militantes da causa negra defendem que o termo afrodescendente é praticamente a mesma palavra em português, espanhol, inglês ou francês, e, portanto, é



"universal", unindo africano e outros grupos, que se distanciaram em função da diáspora; Além disso, ajuda a acabar com qualquer possibilidade de tonalização e ameniza a confusão no uso dos termos negro e preto com sentido pejorativo. Na atualidade, o termo afrodescendente passou a visualizar um grupo de origem ancestral africana (independente do fenótipo), e com relação à cultura negra, o termo passou a abranger tanto a cultura africana quanto a da diáspora.

Do ponto de vista histórico, Cunha Jr, (2005.p 253) argumenta que esse termo nasceu, sobretudo, em decorrência da falta de conhecimento e da necessidade de se relacionar o passado africano com a história do Brasil. Este autor explica que a razão disso era que muitos intelectuais desinformados da realidade racial brasileira utilizavam o termo afro-brasileiro e enchiam de teorias racistas a cultura de base africana.

Segundo Risério (2007, p.2), o conceito de “afrodescendente” não define a realidade brasileira; ao contrário comprime e estreita a visão de um país diversificado, afunilando numa direção precisa – a direção dominante. Para ele, afrodescendente secundariza o ser brasileiro, ou seja, as pessoas, quando se definem afrodescendentes, se imaginam primeiro descendentes de africanos e só depois se vêem como brasileiros.

Atualmente, há grupos no Brasil, principalmente os ligados a causa negra, que entendem que a ideia de miscigenação brasileira precisa ser repensada e rediscutida. Da década de 1990 para cá, por exemplo, os movimentos sociais de cunho racial e alguns grupos de intelectuais passaram a adotar uma retórica birracial, pleiteando um rótulo único para os não-brancos num esquema similar, chamado de estadunidense<sup>3</sup> (RISÉRIO, 2007, p.39).

As alegações desses grupos são que os indicadores socioeconômicos entre os não-brancos são bastante similares, e que uma categoria única facilitaria a implementação de políticas públicas de inclusão social. Assim, refutam a ideia de pureza racial e dizem que o termo "negro" refere-se a uma classe social, e não propriamente a uma raça nos moldes políticos convencionais. Num longo ensaio sobre este assunto, Risério (2007) se opõe a esta ideia e entende que é como se o Brasil estivesse se comparando com os Estados Unidos. Na opinião desse autor:

Ocorre por parte dos grupos de domínios intelectuais, religiosos e econômicos, uma tendência de importar para o Brasil categorias étnicas bicolores norte

---

<sup>3</sup>O autor se refere aos Estados Unidos da América, ou seja, quem é natural desse país. (Sin.: norte-americano).

americanas, como é o caso da categoria afrodescendente [...] O problema da assimilação de conceitos americanos gerados pela produção intelectual na academia e a transposição de uma situação histórica-cultural específica para outra, vêm impondo-se ideologicamente sobre particularidades óbvias (RISÉRIO, 2007, p.17).

A visão deste autor se opõe a uma prática de agrupamento hoje muito utilizada no campo político do país, a que inclui categorias de ascendência Ética semelhante num mesmo processo de reconhecimento, como é o caso do IBGE. Nos últimos dez anos o IBGE vem agregando as categorias pardas e pretas numa categoria única, denominada “negro”. Segundo esse Instituto, essa forma de categorização dos brasileiros não está relacionada a questões de ordem racial, cultural, ou de cor, mas de ordem socioeconômicas.

Outra coisa que não tem sido consensual é que os brasileiros geralmente utilizam-se dos mais variados "termos raciais" para denominarem uns aos outros, arguidos numa perspectiva multirracial. Uma das explicações para isso, segundo Munanga (2003, p. 4), é que, como no Brasil a ideia de raça se origina na cultura, poucos lembram da questão social.

Já o problema com as formas de agrupamentos utilizadas nos moldes censitários é que os grupos de pele escura têm cada vez mais se distanciando dos grupos ditos “brancos”, e o problema da significação com a categoria afrodescendente, colocado principalmente por alguns militantes do movimento negro, é que o uso da nomenclatura não passa de um simples eufemismo ou moda, uma forma de maquiar a realidade que envolve as práticas racistas vinculadas ao termo negro. Um problema que, de acordo com Moura (1988, p.43), tem raízes na política assimilacionista do colonizador, que as metrópoles pregavam como solução ideal para neutralizar a resistência cultural, social e política das colônias. Com o chamado processo civilizatório das metrópoles, as populações, principalmente as que descendiam de negros, passaram a ficar subordinadas aos padrões culturais e aos valores político do colonizador.

Nos dias atuais é possível se pensar esse assimilacionismo político de duas maneiras: primeiro, na medida em que se conjunturam os diferentes grupos, há uma neutralização que os coloca numa situação majoritariamente categórica, em função de padrões políticos “convencionais”, o que pode significar, com o tempo, a eliminação dos próprios grupos ditos intermediários; segundo, como diz Munanga (2003, p. 9), pode gerar

certa indefinição econômica para estes grupos de pessoas que descendem de negros, em sua maior parte já marginalizados em relação aos grupos ditos brancos.

As estatísticas atuais sobre a população afrodescendente demonstram que as desigualdades sociais entre brancos e afrodescendentes, apesar dos avanços, ainda são enormes. A diferença é notória. No aspecto educacional, por exemplo, os anos de escolaridade entre uma pessoa branca é de 73,7%; enquanto que para uma pessoa preta é de 3,5%; e parda 20,9% (IBGE 2010; PNAD, 2009), ou seja, mesmo somando pretos e pardos, o percentual permanece inferior ao contingente branco. Portanto, o processo biológico da mestiçagem não assegura a participação, reconhecimento e integração sociocultural aos negros e seus descendentes, haja vista as estatísticas atuais.

É importante lembrar que tanto a Constituição Brasileira (1988) como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 LDB e o estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, garantem à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e a defesa de seus direitos étnicos individuais e coletivos. No entanto, essa agrupação não firma a democracia racial como realidade da sociedade brasileira, mas sinaliza um percurso a ser empreendido no sentido de efetivar a democracia como um ideal a ser perseguido e destaca a população negra como alvo a ser diretamente beneficiado, assegurando-lhe o direito de ser diferente e a efetivação da igualdade de oportunidades.

O resultado da diferenciação no tratamento dessas categorias é o que a realidade vem mostrando, o quanto ainda há influência da cor da pele na condição social do país, sendo tanto o negro como os que descendem dele os grupos sociais que aparecem como mais marginalizados. Isso de certa forma fortalece o valor do vocábulo afrodescendente como “politicamente correto” quando se tratam de sujeitos negros e dos que dele descendem, uma vez que a expressão compreende todos os grupos e contém uma dimensão política que enfatiza a relação original de todos eles.

Santos e Maio (2004, p.4), numa perspectiva histórica, sociológica e antropológica bastante conhecida sobre as interfaces de raça, ciência e sociedade no Brasil, ilustram um quadro pintado por Brocos y Gómez<sup>4</sup> em 1895. O quadro apresenta personagens num tela, tendo ao fundo uma parede de barro (pau-a-pique), comum em regiões pobres do

---

<sup>4</sup>Pintor, desenhista e gravadorespanhol radicado no Brasil definitivamente a partir de 1890.

Brasil. De pé, à esquerda, vê-se uma velha negra, que olha para o alto com os braços parcialmente levantados, como que agradecendo aos céus por uma graça alcançada. No outro extremo, sentado e parcialmente de costas para os demais, está um homem de 30-35 anos. De tez branca, sua aparência lembra a de um migrante ibérico ou mediterrâneo. O centro do quadro é ocupado por um par – mãe e filho: a mãe (fenotipicamente mulata) lembra uma Madona renascentista com o menino Jesus (de pele branca) em seu colo.

Segundo os autores, trata-se de uma representação do ideal de "branqueamento" presente na velha imagem racial brasileira: a velha negra agradece por sua filha, mulata clara (portanto, já parcialmente "branqueada"), ter se casado com um migrante branco e provavelmente gerado uma criança de tez branca. A ilustração serve para refletirmos sobre as novas descobertas do projeto genoma desenvolvidas em diversos países, mostrando que esta imagem social idealizada no quadro, considerando as aparências da cor e a questão das raças puras, tornou-se um engano. O projeto revela que de fato não existem mais raças puras no mundo.

No Brasil, em que ainda persiste este tipo ideal de sociedade "branqueada", o projeto reafirma que aqui também as "aparências enganam". Recentemente geneticistas ligados à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG trataram de um estudo que utiliza ferramentas da moderna genética molecular, visando reconstituir as "origens genéticas do povo brasileiro". De início sobressaiu à indagação: "Afinal, quanto há de ameríndio, europeu e africano em cada um de nós [brasileiros]?" (PENA et al, 2000, p. 16).

Os resultados da pesquisa indicam, entre outros aspectos, que a amostra analisada (indivíduos autotclassificados como brancos) apresenta uma maior frequência de marcadores de origem africana e/ou ameríndia que de origem europeia. Simbolicamente falando, parece sugerir que a criança de tez branca do quadro de Brocos y Gómez, tomada como representando o povo brasileiro no final do século XXI, está longe de ser efetivamente branca, ou seja, hoje, é mais provável que uma Daiane dos Santos, ginasta olímpica brasileira, de cor de pele escura, tenha nas veias sangue europeu tido de "Branco" do que uma Xuxa, brasileira apresentadora de TV, loira dos olhos azuis, tida como "branca", que pode ter profusas marcas de ancestralidade ameríndia e africana.

As descobertas da genética retratam uma nova visão, na qual recordamos novamente a supracitada professora de estudos sociais ao referir-se a bandeira do Brasil.

Em vez das tradicionais cores (verde, amarelo e azul, que nos ensinam na escola a de que simbolizam as matas luxuriantes, as riquezas representadas pelo dourado do ouro e a beleza ímpar do céu do hemisfério sul), aparecem agora tonalidades que se aproximam do branco, do marrom e do vermelho. Santos e Maio (2004 p. 6), numa clássica tríade racial branco, negro, índio, dizem que a bandeira do Brasil ficaria assim: No fundo da bandeira muitas fotos 3x4 com centenas de faces; uma grande tonalidade de peles; muitos rostos de mulheres e homens; carteiras de identidades e documentos; e as cores de preferência muito cinza. Uma mudança totalmente radical.

O projeto genoma no Brasil traz, a partir dessas descobertas, uma nova visão para nós brasileiros em termos de raça. Tendo como primordial a de que na atualidade não é mais possível definir a descendência de uma pessoa somente pela cor da pele, reforçando o uso da terminologia afrodescendente, principalmente, no cenário político.

## **5.Considerações finais**

Vimos no decorrer do texto que as definições de raças envolvem uma dimensão muito além daquela que aprendemos na escola. Na contemporaneidade o enfoque teórico sobre raça e cultura africana é bastante amplo e relativo.

É sabido também que a literatura produzida nas academias tem servido de influência na produção desses conceitos, sobretudo no campo político, tratando das relações com os grupos étnicos raciais. O lado positivo disso é que esses conceitos e as classificações ajudam como ferramentas para operacionalizarmos nosso pensamento a respeito da questão racial (MUNANGA, 2010, p.5). Mas, por outro lado, a discussão em torno desses conceitos tem pavimentado o caminho da noção de racismo no Brasil de uma forma ideologicamente manipulada, e numa duplicidade entre dominantes e dominados que confunde a mente de pesquisadores da área, principalmente os iniciantes. O resultado disso é que a realidade social continuamostrando o quanto ainda há influência da cor da pele na condição social do país, sendo tanto o negro como os que descendem dele os grupos sociais que aparecem mais marginalizados.

As desigualdades sociais entre os ditos brancos e os afrodescendentes deixam claro que somos todos frutos da miscigenação e, portanto, de uma mesma linhagem humana, mas que nas relações sociais nossa linhagem é outra. Na prática, as diferenças

vão além das questões humanas. Essa questão reafirma aquilo que SILVA (2007, p. 2) defende, que do ponto de vista político, de fato, no Brasil nunca houve raças intermediárias, e a crença na democracia racial brasileira dada pelo processo de miscigenação não passa de uma grande ilusão reforçada pela sociedade colonialista para inferiorizar os não brancos.

Diante dessa discussão fica presente que, seja negro, pardo, mulato, preto ou afrodescendente, é preciso que se repense, além dos termos, as relações raciais e sociais, especialmente políticas, uma vez que a discussão não pode estar atrelada só à escola ou à academia, mas também em outras entidades sociais, como nas igrejas, no trabalho, nas associações, entre outros. Assim, talvez seja possível um dia identificarmos na bandeira do Brasil não somente as velhas cores tradicionais verde, amarelo, azul e branco, mas todo o povo brasileiro.



## REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Brasileiro Geográfico e Estatísticas. **Censo 2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/censo2010](http://www.ibge.gov.br/censo2010)>. Acesso em: 19 nov. 2011.

BRASIL, Instituto Brasileiro Geográfico e Estatísticas. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio** – PNAD 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/censo2010](http://www.ibge.gov.br/censo2010)>. Acesso em: 19 nov. 2011.

CAMPOS, M. J. **Luz e Sombra na Antropologia Brasileira**. Uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, São Paulo: FFLCC-USP, 2002.

CUNHA, Henrique Jr. A formação de Pesquisadores negros. **Revista Comciência**. Disponível em: <<http://www.cmciencia.br/reportagens/negros/17.shtml>>. Acesso em: 29 de jun. 2011.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Lisboa: Livros do Brasil, 1957.

\_\_\_\_\_. Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro: Record, 1990. GOMES, N. L. Intelectuais Negros e produção de Conhecimento: Algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, p.15-27 e p.492-516.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Democracia racial**. Disponível em: <<http://www.ffch.usp.br>>. Acesso em: 29 out. 2011.

HOLANDA, B. Aurélio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Brasília: Fronteira, 2001.

MOURA, Clóvis. **A sociologia do negro brasileiro**. Ática: São Paulo, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br>>. Acesso em: 24 out. 2011.

PENA, D. J. Sérgio; BORTOLINI M. Catira (Org.). **Pode a genética definir quem deve se beneficiar de ações afirmativas?** (2004). Disponível em: <<http://www.scielobrasil.com.br>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

PEDROSA, Robert. Piauí é o estado que tem mais orientais entre os brasileiros. **Jornal o Dia**, Teresina, 20/10/2011. p. 2.

RISERIO, Antônio. **A Utopia Brasileira e os Movimentos Negros**. São Paulo: Editora 34, 2007.

SANTOS, R. V.; MAIO, M. C. **Raça, Biologia e Identidades Políticas na era Genômica**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>>. Acesso em: 20 out. 2011.

SILVA, Juarez Jr. **Não Queríamos ser Racistas**. Disponível em: <<http://www.amazonida.orgfree.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.